



Correlações da Teoria da Representação e Teoria da Intencionalidade: contribuições para a Encontrabilidade da Informação

Fernanda Alves Sanchez

Doutoranda em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, São Paulo, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1543-2773>

Fabiano Ferreira de Castro

Doutor em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, São Paulo, Brasil. Docente do Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8712-2654>

Fernando Luiz Vechiato

Doutor em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, São Paulo, Brasil. Docente do Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4157-740X>

Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti

Doutora em Educação, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, São Paulo, Brasil. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, São Paulo, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4216-0374>

Submetido em: 04/07/2022. Aprovado em: 04/12/2023. Publicado em: 21/06/2024.

RESUMO

A Teoria da Representação e a Teoria da Intencionalidade são conceitos advindos de áreas do conhecimento como a Psicologia, a Filosofia e as Ciências Cognitivas. No campo da Ciência da Informação, a Representação da Informação é um conceito já consolidado, entretanto, são poucos os trabalhos sobre a Teoria da Intencionalidade. Diante do paradigma pós-custodial, é possível afirmar que os sujeitos informacionais são indivíduos ativos no cenário socioinformativo, que aplicam sua intencionalidade ao produzir, organizar, representar e buscar informação em diferentes tipos de ambientes informacionais digitais. Como objetivo, a pesquisa buscou identificar as correlações existentes entre as Teorias da Representação e da Intencionalidade no contexto da Ciência da Informação, visando a verificar quais as contribuições para a Encontrabilidade da Informação – conceito cuja abordagem inclui perspectivas teórico-práticas para projetos, implementações e avaliações de ambientes informacionais. Trata-se de uma pesquisa que se apresenta como bibliográfica e exploratória e de abordagem qualitativa em bases de dados como o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e a *Google Scholar*. Dentre os resultados de pesquisa, foi possível identificar correlações nos conceitos da Teoria da Representação e da Intencionalidade, bem como a importância dos fundamentos desses conceitos para potencializar a Encontrabilidade da Informação. Por fim, conclui-se que há a necessidade de aprofundamento acerca dos

estudos sobre Intencionalidade na área da Ciência da Informação, haja vista a escassez nas pesquisas, além da sua relevância ao trazer o posicionamento do sujeito informacional dentro do conceito de Encontrabilidade da Informação.

Palavras-chave: representação da informação; intencionalidade dos sujeitos informacionais; ambientes informacionais digitais; encontrabilidade da informação.

INTRODUÇÃO

Etimologicamente, o significado da palavra representação está direcionado ao fato de fazer algo, alguém ou uma ideia presente por meio de outro objeto. Segundo Makowiecky (2003), até o nascimento das Ciências com Descartes, a etimologia da palavra representação esteve atrelada à relação entre as coisas que se dão por similitude, e Tomás de Aquino, filósofo e teólogo italiano, dizia que “Representar uma coisa, é conter a similitude dessa coisa”.

Dentro desse contexto, a ideia de representação parte da Teoria da Representação, que é desenvolvida em diversas áreas do conhecimento. Nesse estudo, a ênfase está na área da Psicologia em razão dos pontos de correlação com os estudos da Teoria da Intencionalidade no cenário da Ciência da Informação, CI.

A Teoria da Intencionalidade, por sua vez, é considerada a doutrina nuclear da Fenomenologia, que tem como característica a busca pela essência das coisas em consonância com a experiência por meio dos sentidos, “[...] configura a raiz dos atos da consciência e da intencionalidade”. (Prado, 2013, p. 2). Dentro da compreensão sobre consciência na Fenomenologia de Husserl (2012, p. 332), “[...] própria consciência é a complexão das vivências [...]”, ou seja, um grande conjunto de experiências vividas ao longo da vida.

No contexto da Encontrabilidade da Informação (EI), a Teoria da Intencionalidade é a responsável por fundamentar a “[...] importância em se enfatizar as experiências e habilidades dos sujeitos informacionais no projeto de ambientes e sistemas de informação.” (Vechiato; Oliveira; Vidotti, 2016, p. 7), e é formalizada como um dos treze atributos da EI; sendo denominado Intencionalidade dos sujeitos informacionais.

A problemática que norteia o desenvolvimento desse texto é motivada a compreender como as correlações da Teoria da Representação e da Teoria da Intencionalidade podem potencializar a EI em ambientes informacionais.

Portanto, o objetivo da pesquisa é identificar as correlações entre a Teoria da Representação e a Teoria da Intencionalidade, a fim de verificar como o diálogo entre as teorias podem potencializar a EI, especialmente para os ambientes informacionais digitais.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa que se apresenta como exploratória, de abordagem quali-quantitativa, foi realizada no mês de setembro de 2021 e aprimorada no mês de abril de 2023, quando passou pela primeira avaliação, por meio de bases de dados que trazem representatividade e relevância qualitativa e quantitativa na comunidade científica que são: o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal, de Nível Superior, Capes, por meio do Acesso CAFe¹ com o domínio da Universidade Estadual Paulista, Unesp, a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), e a *Google Scholar*.

1 Vale pontuar esse tipo de acesso pelo domínio Unesp, pois os resultados das pesquisas podem ser diferentes em outros domínios.

Para o levantamento bibliográfico foram utilizadas as palavras-chave: Teoria da Representação; Teoria da Intencionalidade; Encontrabilidade da Informação; Representação da Informação; Intencionalidade e Intencionalidade dos Sujeitos Informacionais, a partir dos idiomas português, inglês e espanhol.

A busca no Portal de Periódicos da Capes foi realizada por meio do motor de busca avançado, a partir da seguinte filtragem: na primeira linha, foram inseridas as palavras-chave nos três idiomas, sempre utilizando as aspas em razão dos termos compostos no campo “título” e “assunto” com o filtro “é exato”. Já na segunda linha, o operador booleano “e” no campo “qualquer campo”, com o filtro “contêm” com a área da Ciência da Informação, buscando resultados no âmbito da pesquisa, os números obtidos são a soma das buscas em título e assunto, sem restrição de ano de publicação ou verificação de duplicações.

A busca na base BRAPCI foi realizada a partir dos seguintes critérios: por ser uma base de dados da CI não foi necessário filtrar para a área; desse modo, os termos foram pesquisados nos três idiomas, utilizando o recurso de aspas e filtrados para “título” e “palavras-chave”. O total apresentado é referente aos textos sem duplicações, porquanto a base de dados oferece esse serviço a partir da seleção e verificação de métricas.

Os critérios adotados na *Google Scholar* foram: motor de busca avançado, sem delimitação de área, pois o ambiente não favorece esse tipo de delimitação, uso das aspas e apenas no filtro “título”, os números obtidos são resultados brutos, sem delimitação de ano e duplicações. A realização de uma busca nessa base é interessante para descobertas de textos de outras áreas do conhecimento. Como os resultados na *Google Scholar* são apresentados por relevância, foram levadas em consideração as três primeiras páginas em decorrência da enorme quantidade de resultados e a falta de possibilidades na filtragem da pesquisa. Assim, foi sendo verificada a relação com o objetivo da pesquisa, textos clássicos ou relevantes para a interdisciplinaridade com a Ciência da Informação.

Vale destacar que a pesquisa não foi realizada com o objetivo de fazer uma revisão sistemática de literatura sobre cada uma das temáticas; o objetivo da pesquisa foi levantar e explorar textos que pudessem trazer as correlações em teorias que foram abordadas poucas vezes no campo da Ciência da Informação e, principalmente, estabelecer a relação da Representação da Informação, que é um dos principais campos desenvolvidos na CI com a Intencionalidade dos sujeitos informacionais, o qual, por ora, é visto apenas como um atributo da EI.

É possível dizer que, segundo as pesquisas em andamento, incluindo a realização de tese de doutoramento, a Intencionalidade dos sujeitos informacionais, por se tratar de um termo advindo de uma teoria, pode vir a se tornar um campo de estudo dentro da CI cada vez mais explorado, especialmente, por trazer compreensões acerca dos sujeitos informacionais, os quais atualmente carregam papel importante em âmbito digital não só no consumo de informações, mas também na produção, disseminação, organização e representação das informações.

Após todo o levantamento nas bases de dados, se fez necessário um estudo exploratório para compreensão e entendimento dos textos utilizados para a escrita do referencial teórico; desse modo, a partir da sua relevância e contribuição dentro do contexto da Ciência da Informação, foram incluídas obras de autores pioneiros sobre as temáticas das Teorias da Representação e da Intencionalidade, sendo aceitas obras de outras áreas do conhecimento, como por exemplo: Psicologia, Fenomenologia e Filosofia.

Destacamos aqui o estudo de Sanchez, Vidotti e Vechiato (2021), o qual demonstra que a temática da Intencionalidade ainda é um conceito recente na Ciência da Informação, tanto em âmbito nacional quanto internacional, dessa forma, são poucos os referenciais. Em 2021, apenas oito (8) textos foram encontrados com as temáticas da Teoria da Intencionalidade, Intencionalidade e Ciência da Informação, nas bases de dados: Portal de Periódicos da Capes, BRAPCI e *Library & Information Science Collection* (LISA).

Considerando-se essa escassez nos estudos sobre Intencionalidade e o objetivo dessa pesquisa em correlacionar a temática com a Teoria da Representação, entende-se que é importante destacar os andamentos dos estudos na área, pois os conceitos envolvendo a temática da Representação já são consolidados na CI, mas a Intencionalidade ainda está em progressão.

Desse modo, os resultados do termo Intencionalidades obtidos no Portal de periódicos da Capes e na BRAPCI são responsáveis pelos resultados no campo da CI. Nesse sentido, foram verificadas duplicações nas referidas bases e entre as bases, chegando a um resultado de vinte e cinco (25) publicações. Entende-se que houve, sim, um crescimento nas publicações no cenário nacional, como, por exemplo, o aumento de quatro (4) novas publicações.

Entretanto, cabe dizer que a grande diferença dos resultados no estudo de Sanchez, Vechiato e Vidotti (2021) para essa pesquisa está na ampliação das buscas do termo em “assunto”, não se limitando apenas ao título. No Portal de periódicos da Capes, foram encontrados doze (12) publicações somente nesse campo, sendo onze (11) em inglês e uma (1) em espanhol.

Assim, atendendo a abordagem quali quantitativa da pesquisa, o **QUADRO 1** apresenta os resultados quantitativos das buscas dos termos nos três idiomas.

QUADRO 1 – Resultado das pesquisas nas bases de dados

Termo	Portal de Periódicos da CAPES	BRAPCI	Google Scholar
Teoria da Representação	0	5	38
<i>Representation Theory</i>	25	3	5890
<i>Teoría de la Representación</i>	0	1	115
Representação da Informação	112	215	479
<i>Information Representation</i>	68	67	944
<i>Representación de la Información</i>	13	38	127
Teoria da Intencionalidade	1	1	13
<i>Intentionality Theory</i>	0	0	18
<i>Teoría de la Intencionalidad</i>	0	0	5
Intencionalidade	5	6	450
<i>Intentionality</i>	16	1	7370
<i>Intencionalidad</i>	1	0	1170
Encontrabilidade da Informação	25	32	100
<i>Information Findability</i>	2	12	21
<i>Encontrabilidad de la Información</i>	0	7	1

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Por fim, a quantidade geral de referências utilizadas nesse texto foi de trinta e seis (36) publicações, sendo divididas entre as temáticas da Representação, Intencionalidade e Encontrabilidade em: artigos em periódicos, capítulos de livro, dissertações e teses de doutorado – todas disponíveis em acesso aberto. Dentro desse montante, temos a quantidade de divisões por assunto, sendo:

- nove (9) sobre o campo da Representação na CI, quatro (4) que fazem parte da área da Psicologia e um (1) da Filosofia, que contribuíram para a construção do referencial;
- cinco (5) sobre a Intencionalidade na CI, mais quatro (4) sobre a área da Fenomenologia, que complementa o referencial teórico, e dois (2) sobre elementos da Inteligência Artificial que fizeram parte das discussões práticas da pesquisa;
- dez (10) sobre Encontrabilidade, que diretamente está ligada à Intencionalidade, por apresentá-la como um atributo, e dois (2) textos desenvolvidos sobre Arquitetura da Informação (AI), cuja disciplina é vista como solução para os problemas de Encontrabilidade, o campo é advindo da AI; e

- dois (2) textos sobre Informação como fenômeno e Sujeitos Informacionais, que foram incluídos para evidenciar e contextualizar relações entre a Teoria da Representação e a Representação da Informação na CI, bem como esclarecer o uso do termo Sujeitos Informacionais (ligado à Intencionalidade).

Apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa, as próximas seções trazem os resultados do levantamento bibliográfico a partir da construção dos referenciais teóricos sobre as Teorias da Representação e da Intencionalidade, visando à contribuição teoria e prática para a EI.

Teoria da representação e a representação da informação

Dentre as áreas de conhecimento em que a Teoria da Representação é um campo de estudo, destacam-se aquelas que exploram a bagagem cognitiva dos sujeitos, visto que o ato de representar só é possível por meio de seres humanos e sua estrutura cerebral, a qual permite fazer associações, sejam elas textuais, visuais, acústicas, além de percepções relacionadas aos odores, às sensações, às emoções, às lembranças etc.

A Filosofia, a Psicologia e as Ciências Cognitivas são exemplos de áreas do conhecimento que trazem óticas e escolas de pensamentos que consolidam os fundamentos teórico-conceituais da Teoria da Representação. Dentre os clássicos e pioneiros autores que contribuíram com essa área estão: Arthur Schopenhauer, filósofo alemão do século XIX; Serge Moscovici, psicólogo francês; e Denise Jodelet, filósofa e pesquisadora francesa na área da Psicologia.

Schopenhauer é conhecido por sua obra publicada em 1819 – “O mundo como vontade e representação”. Para além desta, o filósofo, em seus estudos, aborda discussões que envolvem o entendimento sobre o que são as representações em relação às metades: sujeito e objeto: “Ser objeto para o sujeito e ser nossa representação ou imagem mental é a mesma coisa. Todas as nossas representações são objetos do sujeito, e todos os objetos do sujeito são nossas representações” (Schopenhauer, 1995, pp. 41-42, tradução nossa).

Nesse contexto, para Schopenhauer, entende-se o conceito geral da representação sendo reconhecida como “[...] um objeto que se relaciona necessariamente a um sujeito cognoscente [...]” (Carvalho, 2013, p. 49), ou seja, o sujeito é “[...] o único capaz de transcender suas limitações através dos múltiplos conhecimentos que lhe são proporcionados pela sua faculdade cognitiva” (Carvalho, 2013, p. 90). Para Schopenhauer (2005), todo conhecimento é representação e os problemas da Filosofia moderna entre a relação do ideal e o real está na condição: a consciência.

Dentre todas as discussões sobre os diferentes tipos de representação relacionadas ao sujeito e ao objeto, vale pontuar uma relação que Schopenhauer faz sobre a Vontade, que é um dos temas centrais de sua obra mais conhecida. Essa Vontade, para o filósofo, pode ser atribuída, por exemplo, aos atos do corpo ou, então, às sensações e aos

sentimentos dos sujeitos. Essas discussões podem ser correlacionadas às falas de John Searle, filósofo pioneiro da Teoria da Intencionalidade, que mencionaremos posteriormente nas discussões dessa pesquisa.

Em suma, Schopenhauer (2005) acredita que a dor e o prazer, por exemplo, não podem ser considerados representações, mas patologias atribuídas à vontade, em seu fenômeno que é o corpo e o que ele está sofrendo; entretanto, quando as sensações do corpo não são atribuídas às vontades, podem e devem ser consideradas representações. John Searle, nesse sentido, trabalha com o que são chamados de estados mentais e intencionais e com as direcionalidades desses sentimentos, sensações e crenças, atribuindo Intencionalidade ou não a esses fenômenos.

Serge Moscovici e Denise Jodelet são grandes estudiosos das Teorias da Representações Sociais:

[...] a noção de representação social nos coloca no ponto em que o psicológico e o social se cruzam. Em primeiro lugar, diz respeito à forma como nós, sujeitos sociais, apreendemos os acontecimentos da vida diária, as características do nosso ambiente, informações que nele circulam, às pessoas do nosso meio próximo ou distante (Jodelet, 1986, p. 473, tradução nossa).²

No que ainda concerne à Teoria das Representações Sociais, Jodelet (2018) apresenta, em um de seus estudos, a abordagem dos fenômenos representativos que ocorrem na vida social, modificando um pouco a abordagem intelectual de representação, afirma que, dentro desses espaços de estudos sobre representação, essa:

1) Indica que as representações, como conhecimentos práticos, implicam uma relação inseparável entre um sujeito e um objeto. O sujeito é sempre social, por sua inscrição no espaço das relações sociais e por seu vínculo com o outro. Pode ser um indivíduo ou um grupo que é observado do ponto de vista epistêmico, psicológico ou pragmático. O objeto pode ser humano (e diz respeito a um ou mais atores sociais) ou social (diz respeito a um grupo ou coletivo, ou a um fenômeno que interessa à vida pública ou privada). Também pode pertencer ao universo material ou ideal.
2) Em sua relação com o objeto, a representação está em uma relação de simbolização (e ocorre a dessimbolização) ou de interpretação (atribui um sentido). Em sua relação com o sujeito, a representação tem função expressiva e é produto de uma construção. (Jodelet, 2018, p. 6, tradução nossa)³.

Assim como nos estudos de Schopenhauer e na relação apontada, a temática da Intencionalidade de John Searle, as pesquisas desenvolvidas sobre as representações

2 Original: [...] la noción de representación social nos sitúa en el punto donde se entrecruzan lo psicológico y lo social. Antes que nada concierne a la manera cómo nosotros, sujetos sociales, apreendemos los acontecimientos de la vida diaria, las características de nuestro medio ambiente, las informaciones que en él circulan, a las personas de nuestro entorno próximo o lejano. (Jodelet, 1986, p. 473).

3 Original: "Indica que las representaciones, como saber práctico, implican una relación indisoluble entre un sujeto y un objeto. El sujeto es siempre social, por su inscripción en el espacio de relaciones sociales y por su lazo con el otro. Puede tratarse de un individuo o de un colectivo al que se observa desde un punto de vista epistémico, psicológico o pragmático. El objeto puede ser humano (y concernir a uno o más actores sociales) o social (y concernir a un grupo o un colectivo, o a un fenómeno que interese a la vida pública o privada). También puede pertenecer al universo material o ideal. En su relación con el objeto, la representación está en una relación de simbolización (y tiene lugar desimbolización) o de interpretación (le asigna un significado). En su relación con el sujeto, la representación tiene una función expresiva y es el producto de una construcción." (Jodelet, 2018, p. 6).

sociais de Moscovici e Jodelet trazem fundamentos que justificam o uso do termo Sujeitos Informativos ao conceito de Intencionalidade, visto que toda a bagagem cognitiva do sujeito incluída nos contextos em que ele vive influencia sua Intencionalidade.

Desse modo, a abordagem da Teoria da Representação, neste texto, tem ênfase no tratamento da informação como um fenômeno humano e social “[...] que compreende tanto o dar forma a ideias e a emoções (informar), como a troca, a efetiva interação dessas ideias e emoções entre seres humanos (comunicar)”. (Silva, 2006, p. 150).

Como visto anteriormente, há escolas de pensamento dentro da área da Psicologia que contribuíram para o desenvolvimento dos estudos sobre Representação. O psicanalista Sigmund Freud cunha o conceito da Teoria da Representação e as suas discussões começam em 1891 com a sua obra denominada “Sobre a concepção das afasias”.

Para Peres, Caropreso e Simanke (2015, p. 163, grifo nosso), Freud estabelece um argumento “[...] persuasivo, sistemático e bem fundamentado para a transformação da psicologia de uma ciência da consciência em uma ciência das **representações mentais conscientes e inconscientes**”.

Nesse contexto, compõem a Teoria da Representação dois conceitos, sendo eles a “representação de palavra” e a “representação de objeto”, que podem ser definidos da seguinte maneira:

A **representação de palavra** corresponderia a um complexo associativo constituído por imagens acústicas, visuais, quirocineásticas e glossocineásticas cujo elemento acústico seria o principal fator organizador. A **representação de objeto** também corresponderia a um complexo associativo composto por imagens sensoriais variadas no qual o elemento organizador seria, mais frequentemente, a imagem visual. (Peres; Caropreso; Simanke, 2015, p. 164, grifo nosso).

Sobre a “representação da palavra”, segundo Andrade (2016, p. 282, tradução nossa), “[...] quando a conexão da palavra com a representação do objeto é estabelecida, o aparelho de linguagem articula representações que produzem um sentido”⁴.

Posteriormente, o conceito de “representação do objeto” passa a ser denominado como “representação de coisa”. Segundo Andrade (2016), essa mudança não se trata apenas de uma mudança de nomenclatura, mas uma mudança referente ao campo teórico de um período neurológico para o psicanalítico. A “representação de coisa” estaria ligada ao conteúdo do inconsciente:

[...] provêm de, ou remetem a, representações sensoriais, porém o conteúdo das mesmas não é determinado pela coisa representada. A representação aqui se distingue do traço mnêmico, uma vez que a primeira reinveste, reaviva, este traço, que em si mesmo não é mais do que a impressão de um acontecimento. (Arnao, 2008, p. 197).

4 Original: “[...] when the connection of the word with the representation of the object is established, the language apparatus articulates representations that produce a meaning.” (Andrade, 2016, p. 282).

Sob o ponto de vista da literatura, foi possível compreender a complexidade que permeia o conceito da Teoria da Representação, principalmente por se materializar a partir da bagagem cognitiva dos sujeitos informacionais, que são formados por uma série de condições e circunstâncias que influenciam no seu desenvolvimento de habilidades, competências, experiências e conhecimentos.

Em consonância com essas percepções, vale ressaltar que, desde os primórdios dos estudos realizados no âmbito da CI, são desenvolvidos estudos relacionados à Teoria da Representação, são encontrados estudos sob diferentes perspectivas, por exemplo, a Representação da Informação Arquivística, a Representação do Conhecimento, a Representação Social, a Representação Documentária, a Representação Temática da Informação e – a mais conhecida – a Representação da Informação.

Souza e Ramalho (2019, p. 143) dizem que as representações são responsáveis por fundamentar “[...] o entendimento humano sobre o funcionamento da vida e do mundo, são formas desenvolvidas para codificar a natureza e as relações entre os seres para uma linguagem assimilável à razão”. Em convergência com os dizeres dos autores, Lima e Alvares (2012, p. 21) trazem a seguinte definição de representar, sendo considerado um “[...] ato de utilizar elementos simbólicos – palavras, figuras, imagens, desenhos, mímicas, esquemas, entre outros – para substituir um objeto, uma ideia ou um fato”.

Ainda, Novellino (1998, p. 137) conceitualiza a Representação da Informação como:

[...] a substituição de uma entidade linguística longa e complexa – o texto de um documento – por sua descrição abreviada. Sua função é demonstrar a essência do documento. A representação da informação é um processo primeiro da transferência da informação e necessário para enfatizar o que é essencial no documento, considerando sua recuperação.

Assim, a Representação da Informação está ligada diretamente ao sucesso e à rapidez no acesso e uso da informação pelo sujeito. É possível afirmar que a recuperação, a encontrabilidade e a apropriação da informação são possíveis somente por meio de formas de representação que sejam enriquecidas e apresentem estruturas adequadas e apropriadas ao ambiente a que elas pertencem, permitindo que o sujeito tenha uma experiência satisfatória ao chegar na informação desejada (Castro, 2008).

Segundo Makowiecky (2003, p. 23), é na representação que o sujeito “[...] encontra reflexos do seu próprio pensar”. Nesse sentido, por se tratar de um contexto socioinformativo, a partir de uma perspectiva social, leva-se em consideração os sujeitos, abordados como sujeitos informacionais, tendo em vista serem indivíduos diversos e ativos, que produzem, interpretam, se apropriam e medeiam informação no seu cotidiano de forma individual e/ou coletiva dentro de uma vida em sociedade. (Carmo; Araújo, 2020).

No que diz respeito a ambientes informacionais digitais, os sujeitos:

[...] ao interagirem com um determinado ambiente, devem ter em mente algum tipo de representação de segmentos deste ambiente, ou seja, ter **representações internas**. Em contrapartida, temos as **representações externas**, ou seja, manipulações que operam as representações numa externalização do comportamento do sujeito que poderia conduzir a estabilidade entre o sujeito e o ambiente. (Castro, 2008, p. 75, grifo do autor).

É possível destacar aqui o papel do sujeito informacional diante das constantes mudanças na sociedade, notadamente, no cenário das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Trata-se de sujeitos que consomem e produzem informação constantemente, “[...] ao acessarmos uma **informação** em qualquer prática cotidiana, estamos acessando uma **representação** sobre aquilo que é informado”, (Massoni; Luis, 2018, p. 76, grifo nosso).

Portanto, é necessário que os ambientes informacionais digitais apresentem formas eficazes de representação, para a encontrabilidade e, principalmente, para que seja possível propiciar a apropriação das informações e conseqüentemente, a geração de conhecimento pelos sujeitos socioinformacionais, pois “De nada adianta a informação existir, se quem dela necessita não sabe da sua existência, ou se ela não puder ser encontrada” (Marcondes, 2001, p. 61).

Teoria da intencionalidade e a intencionalidade dos sujeitos informacionais

A Teoria da Intencionalidade está atrelada à Fenomenologia, que surgiu na metade do século XX, por Edmund Husserl, Heidegger, Merleau-Ponty e Brentano, e da Pós-Fenomenologia no século XXI, com estudos teóricos advindos de Idhe (Oliveira, 2014; Marandola Jr., 2013; Figueiredo, 2012).

A Fenomenologia tem como doutrina nuclear a Intencionalidade e segue a escola de pensamento de que “[...] cada ato de consciência que nós realizamos, cada experiência que nós temos, é intencional: é essencialmente ‘consciência de’ ou uma ‘experiência de’ algo ou de outrem”. (Sokolowski, 2004, p. 17). Dentro dessa perspectiva, a Intencionalidade Husserliana ou Intencionalidade Fenomenológica é “[...] **visada de consciência e produção de um sentido** que permite perceber os fenômenos humanos em seu teor vividos” (Husserl, 2008, p. 28-29, grifo do autor).

Desse modo, a consciência é Intencionalidade e deve ser pensada como sentido – inicialmente como sentido, depois direção e, por fim, significação, sendo assim a: “[...] consciência não é coisa, mas é aquilo que dá sentido às coisas. O sentido não se constata à maneira de uma coisa, mas se interpreta” (Husserl, 2008, p. 30).

Juntamente com a ideia central da Fenomenologia, no que concerne à relação homem-mundo por meio da intencionalidade dos sujeitos, enquadra-se a Pós-Fenomenologia, com a relação homem-[tecnologia]-mundo, haja vista a necessidade de estudos direcionados

às preocupações com o mundo e às mediações por ferramentas tecnológicas, a escola de pensamento pode contribuir, por exemplo, com pesquisas relacionada à busca de informação (Figueiredo, 2012).

John Searle é um filósofo e um dos pioneiros nos estudos sobre a temática da Teoria da Intencionalidade, em uma de suas capas de livro, o autor diz “[...] representação de uma sentença deriva da Intencionalidade da mente”. As sentenças são consideradas pelo autor estados intencionais e nelas estão estados intrínsecos da mente humana, como as crenças e os desejos. Essas sentenças podem ser “[...] os sons emitidos pela boca ou os sinais gráficos que se fixam no papel” (Searle, 2002, p. 8).

Ao falar de Intencionalidade, logo fazemos a associação com a intenção no sentido de ação, propósito, desejo etc. Entretanto, Searle (2002, p. 4) afirma que: “[...] intencionalidade é direcionalidade; ter a intenção de fazer algo é apenas uma forma de Intencionalidade entre outras”. Em uma definição preliminar da Intencionalidade, Searle (2002, p. 18) afirma que a: “[...] chave para o entendimento da representação está nas condições de satisfação. Todo estado Intencional com uma direção de ajuste é uma representação de suas condições de satisfação”.

Diante dessa definição, é necessário entender os elementos que compõem a Intencionalidade. Desse modo, inerente ao conceito temos: os **estados mentais** e os **estados intencionais**, que são, apesar de próximos, estados não idênticos.

Miranda (2018, p. 42), com base nas discussões de Searle (2002), exemplifica esses estados:

Em primeiro lugar, nem todos os estados mentais são estados intencionais, como por exemplo, alguns estados de ansiedade, exaltação e melancolia. Em segundo lugar, é preciso distinguir Intencionalidade e consciência, pois ter consciência de algumas sensações, como a ansiedade, não significa que ela esteja direcionada para algo, ou seja, que possua Intencionalidade. Em terceiro lugar, o sentido de tencionar algo não significa que há uma direcionalidade com algo ou que as crenças sejam Intencionais. (Miranda, 2018, p. 42).

Sobre os estados mentais e intencionais, Searle (2002) entende que ambos os estados somente ocorrem ao que ele determina como **rede e background**. Ainda, para Carvalho (2021) não é possível ter uma experiência de estado mental ou intencional de forma isolada, pois essa experiência está sustentada por uma rede de outros estados.

Sobre o *background*, o filósofo entende como um “[...] conjunto de capacidades mentais não-representacionais que permite a ocorrência de toda representação” (Searle, 2002, p. 198). Esse *background* poderia ser dividido em dois momentos, sendo o primeiro: o *background* de base ou profundo, aquele relacionado à constituição biológica do ser humano (habilidades, competências, comportamentos) e o segundo seria o *background* local, que seriam aquelas experiências adquiridas culturalmente em uma vida em sociedade, ou seja, essas capacidades são adquiridas e podem sofrer influências diante do contexto (social, cultural, político, tecnológico etc.) (Searle, 2002; Carvalho, 2021).

As condições de satisfação estão diretamente ligadas ao que Miranda (2018) denomina processo-produto, isto é, o requisito e a coisa requisitada; dentro de uma perspectiva dos estudos da CI, um exemplo dessa situação se refere ao processo de busca por informação e a EI desejada pelo sujeito. Assim, ao compreender as necessidades informacionais dos sujeitos (sua representação de intencionalidade), podemos atender suas condições de satisfação dentro de um ambiente informacional digital.

Diante dessas explanações, podemos compreender que a Intencionalidade antecede os conceitos de Representação e aprofunda todo o processo envolvendo a ação de representar algo ou alguma coisa. Nesse sentido, os estados intencionais podem ser compreendidos como conteúdos representativos. Os atos de fala, por exemplo, são representações dos estados intencionais dos sujeitos, ainda que a Intencionalidade não seja apenas linguística, como podemos observar a partir da definição de sentenças apresentada anteriormente.

Os atos de fala como estado representativo de Intencionalidade são compostos por três pontos, a saber: I) a direção de ajustamento; a II) sinceridade ao expressar um ato de fala com conteúdo proposicional; e III) as condições de satisfação. O primeiro ponto, direção de ajustamento, está relacionado ao objetivo do ato de fala, sendo caracterizado como: os enunciados, as descrições e as asserções (atos de fala assertivos) e as ordens, os comandos e as solicitações (atos de falas diretivos). O segundo, sinceridade ao expressar um ato de fala com conteúdo proposicional, é sobre o conteúdo do ato de fala se caracterizar como um conteúdo proposicional (desejos, dúvidas, crenças) ou ao seu conteúdo representativo, ou seja, um ato de fala pode ser insincero, irônico ou até mesmo uma mentira – nesse caso, não há uma direção de ajuste e o conteúdo proposicional passa a ser pressuposto pelo outro. O terceiro ponto, as condições de satisfação, está ligado à satisfação ou ao sucesso do ato de fala, isto é, do atendimento ou entendimento ao fazer um pronunciamento ou uma ordem, essas condições são internas aos estados intencionais. (Miranda, 2018).

Dessa forma, Searle (2002, p. 244) afirma que a “[...] principal função derivada da Intencionalidade pela linguagem é, obviamente, sua capacidade de representar”. Sendo assim, se uma:

[...] representação é algo que está no lugar de outra coisa, e por conseguinte é intencional e, ao mesmo tempo tanto as representações de palavra, que não remetem a uma única coisa, nem as representações de coisa a um único traço mnêmico ou objeto indiferente à maneira de objetivo, então o próprio conceito de intencionalidade se torna mais complexo e, com ele, o de significado. (Arnao, 2008, p. 200).

Sob o ponto de vista do significado, Searle (2002) diz que há dois aspectos nas intenções de significação, sendo a intenção de representar e a intenção de comunicar. Nesse contexto, “[...] para a consciência, o objeto seria nada, se ela não consumasse um representar que o fizesse precisamente objeto e tornasse, assim, possível que ele fosse também objeto de sentimento, de desejo etc.” (Husserl, 2012, p. 368).

No âmbito da Ciência da Informação, a intenção de representar acontece com a possibilidade de ajustes nos processos comunicacionais, tendo como finalidade atender as necessidades informacionais e a apropriação da informação pelos sujeitos, ou seja, a informação é nosso objeto.

Trazendo as discussões acerca da Teoria da Intencionalidade para uma abordagem sob a perspectiva da Informação humano-social no âmbito da CI, é possível afirmar que há poucas pesquisas desenvolvidas. Miranda (2010), em sua tese, foi a primeira a abordar a teoria na área, a autora desenvolve discussões acerca da informação como propriedade no contexto da Intencionalidade e da *Findability* – termo em inglês para o conceito de EI. A autora aborda, no contexto da CI, a definição do conceito de Intencionalidade para a *Findability*, que:

[...] significa *direcionalidade* de informação e se funda na experiência de cada sujeito (*user experience* para controle na produção, organização e partilha de informação); a informação que é produzida é sempre *acerca de e dirigida a*, isto é, um sujeito, com a sua experiência, cria informação acerca de e dirigida a para atingir seus objetivos. E é nesse sentido, da capacidade da experiência do usuário, da consciência Intencional, que se baseia a *web* da inovação, do paradigma atual. (Miranda, 2010, p. 273).

Posteriormente à tese de Miranda (2010), o autor Vechiato (2013) aborda, na sua tese, o conceito de EI e a temática da Teoria da Intencionalidade por meio da criação do atributo **Intencionalidade dos Sujeitos Informacionais**, que é carregado de

[...] experiências, necessidades e competências (tanto as informacionais quanto as tecnológicas), entendimento, cognição e satisfação, fornecendo, inclusive, subsídios para a estruturação de sistemas e ambientes informacionais (Vechiato; Vidotti, 2014, p. 113).

A EI está conectada ao conceito de AI: ambos os termos empregam abordagem conceitual e operacional no que diz respeito ao projeto, à implementação e à avaliação de ambientes informacionais digitais. (Brandt; Vechiato; Vidotti, 2018).

Para Vechiato e Vidotti (2014), a EI acontece de duas maneiras, sendo elas: “[...] a partir da busca prévia de informação por meio da **navegação** ou de estratégias de pesquisa em um **mecanismo de busca** (*Search Engine*), as quais, em um primeiro momento, são realizadas via palavras-chave” (Vechiato; Vidotti, 2014, p. 110, grifo nosso). Sua aplicação deve ser vista baseada tanto no potencial das **funcionalidades** e na qualidade dos recursos informacionais inseridos em um sistema de informação, quanto nas **características e nos comportamentos dos sujeitos informacionais**. (Vechiato; Vidotti, 2014).

Em consonância com a importância que a autora Miranda (2010) aplica ao sujeito em sua definição sobre a Intencionalidade, Vechiato e Vidotti (2014) afirmam que, para a Intencionalidade sustentar a EI, os sujeitos informacionais têm como papel ser mediadores

em todos os processos do fluxo e mediação infocomunicacional – “[...] deriva dos termos informação e comunicação, explicando que só há informação se ela estiver inserida em um processo de comunicação” (Custódio; Vechiato, 2016, p. 3).

Nesse contexto, a Intencionalidade não se dá de maneira isolada, mas é dependente da relação. Sendo assim, vários personagens devem ser considerados no âmbito da Intencionalidade: o sujeito informacional, os profissionais da informação, o produtor da informação, o espaço informacional, o tipo de informação, a linguagem, o material em que a informação se plasma, o contexto, as formas de representação da informação, entre outros.

Para dar embasamento às discussões das correlações da Teoria da Intencionalidade com a Teoria da Representação e das suas contribuições para os ambientes informacionais digitais por meio da perspectiva da EI, se faz necessária a apresentação do **QUADRO 2**, o qual estabelece os treze (13) atributos da EI.

QUADRO 2 – Atributos da Encontrabilidade da Informação (AEI)

Atributo	Descrição
Taxonomias navegacionais	Utilizadas em estruturas de organização <i>top-down</i> , se referem à organização das categorias informacionais com vistas a facilitar a navegação e a descoberta de informações. Essas categorias, por exemplo, são organizadas geralmente em menus ou no corpo das páginas <i>web</i> , nas comunidades e coleções de repositórios ou nas legendas utilizadas para descrição dos assuntos nas estantes das bibliotecas, organizadas previamente a partir de um sistema de classificação. Conforme Aquino, Carlan e Brascher (2009), as taxonomias navegacionais devem ser apoiadas nos seguintes aspectos: categorização coerente dos assuntos em relação ao entendimento dos sujeitos; controle terminológico para redução de ambiguidade; relacionamento hierárquico entre os termos; e multidimensionalidade, possibilitando que um termo possa ser associado a mais de uma categoria de acordo com o contexto de uso.
Instrumentos de controles terminológicos	Compreendem os vocabulários controlados, como os tesouros e as ontologias, para apoiar a representação dos recursos informacionais.
Folksonomias	Estão relacionadas à organização social da informação e propiciam ao sujeito à classificação de recursos informacionais, bem como encontrar a informação por meio da navegação (uma nuvem de <i>tags</i> , por exemplo) ou dos mecanismos de busca, ampliando as possibilidades de acesso. São utilizadas em estruturas de organização <i>bottom-up</i> . Quando associadas aos vocabulários controlados e às tecnologias semânticas, potencializam as possibilidades de encontrabilidade da informação.
Metadados	Compreendem a representação dos recursos informacionais e são armazenados em banco de dados para fins de recuperação da informação.
Mediação dos informáticos	Está associada ao desenvolvimento de sistemas, dispositivos, bancos de dados e interfaces com utilização de linguagens computacionais, com vistas à gestão e à recuperação da informação.
Mediação dos profissionais da informação	Ocorre em ambientes informacionais em que há sujeitos institucionais envolvidos na seleção, estruturação e disseminação da informação.

Atributo	Descrição
Mediação dos sujeitos informacionais	Está relacionada às ações infocomunicacionais que os sujeitos informacionais empreendem em quaisquer sistemas e ambientes informacionais, por exemplo, no que diz respeito à produção e à organização da informação e do conhecimento em ambientes colaborativos, gerados a partir de seus conhecimentos, comportamento e competências que caracterizam sua Intencionalidade.
Affordances	Funcionam como incentivos e pistas que os objetos possuem e proporcionam aos sujeitos a realização de determinadas ações na interface do ambiente. Essas ações estão relacionadas a orientação, localização, encontrabilidade, acesso, descoberta de informações entre outras.
Wayfinding	Associado à orientação espacial, utilizando-se de aspectos que facilitem a localização, a encontrabilidade e a descoberta de informações por meio da navegação na interface do ambiente.
Descoberta de informações	Está condicionada aos demais atributos de encontrabilidade da informação no que diz respeito às facilidades que a interface (navegação e/ou mecanismos de busca) oferece para encontrar a informação adequada às necessidades informacionais do sujeito, bem como a possíveis necessidades informacionais de segundo plano.
Acessibilidade e usabilidade	Relacionados à capacidade do sistema permitir o acesso equitativo à informação (acessibilidade) no âmbito do público-alvo estabelecido em um projeto com facilidades inerentes ao uso da interface (usabilidade).
Intencionalidade	A teoria da Intencionalidade fundamenta a importância em se enfatizar as experiências e habilidades dos sujeitos informacionais no projeto de ambientes e sistemas de informação.
Mobilidade, convergência e ubiquidade	Estão associados ao meio ambiente, externo aos sistemas e ambientes informacionais, mas que os incluem, dinamizando-os e potencializando as possibilidades dos sujeitos em encontrar a informação por meio de diferentes dispositivos e em diferentes contextos e situações.

Fonte: Vechiato, Oliveira e Vidotti (2016, p. 7).

Ao observar a composição desses atributos, é possível dizer que a Representação da Informação e a Intencionalidade dos sujeitos informacionais atuam direta e indiretamente nos treze (13) atributos de EI. Ambos os conceitos devem ser vistos como pilares estruturais que afetam o desempenho de um ambiente informacional digital tanto na sua interface como no seu *backstage*.

A Intencionalidade dos Sujeitos Informacionais será visualizada por meio de sua formalização, que são as formas de representação. Dessa forma, toda tomada de decisão realizada por um sujeito dentro de um ambiente como, por exemplo, a escolha de determinados elementos visuais e textuais que influenciam na navegação, na descoberta e na EI, sofreu a influência da Intencionalidade. Especialmente, o conceito de Intencionalidade está relacionado aos atributos de Mediação, denominados dentro do conceito de EI como: mediação dos informáticos, mediação dos profissionais da informação e mediação dos sujeitos informacionais – por serem atributos atrelados à ação humana.

No que concerne à Representação da Informação, é possível ver além de sua parte conceitual e visualizar diversas formas, recursos informacionais e tecnológicos aplicáveis e que podem potencializar esse ambiente, como, por exemplo: uso de padrões abertos e internacionais de metadados; uso de tecnologias da *Web Semântica* como as ontologias

para aprimoramento do atributo de instrumentos de controle terminológico; uso de elementos advindos da Inteligência Artificial, como a linguagem natural incorporada aos mecanismos de busca dos ambientes, ou seja, enriquecimento ao atributo de descoberta de informações.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentadas discussões e reflexões sob duas perspectivas, sendo elas: teóricas e práticas, bem como um quadro que sintetiza os resultados do estudo acerca da questão norteadora e do objetivo desta pesquisa.

Reflexões teóricas

A partir do levantamento bibliográfico apresentado, foi possível estabelecer correlações diante dos aportes teóricos da Teoria da Representação e da Teoria da Intencionalidade. A princípio, podemos iniciar essas discussões afirmando que a Intencionalidade antecede o processo de representação realizado pelos sujeitos informacionais, pois é por meio dos estados intencionais que ocorre o fenômeno representacional. Podemos assim dizer que a Intencionalidade dos sujeitos informacionais é intrínseca à Representação da Informação.

É relevante apresentar e esclarecer a importância do conceito de Mediação da Informação atrelada às Teorias da Representação e da Intencionalidade. O autor Rojas (2018) afirma que a mediação e a intencionalidade são inseparáveis, já que a intencionalidade apoia, direciona e dá significado aos registros documentais. Por meio dos atributos apresentados no **QUADRO 2**, nota-se que o conceito de Mediação também ocupa um espaço importante na EI, sendo três (3) dos treze (13) atributos destinadas a esse ato, os quais se dividem entre: mediação dos informáticos; mediação dos profissionais da informação e mediação dos sujeitos informacionais.

Dessa forma, tendo em vista a relação da mediação com ambas as teorias, podemos afirmar que a mediação extrínseca da informação – que seria como o “produto” da mediação, pode ser compreendida como as representações dentro de um ambiente informacional digital, que sempre estarão carregadas de Intencionalidade, pois são independentes da qualificação do mediador (informático ou profissional da informação). Trata-se de um sujeito informacional que tem suas particularidades, nesse caso, há uma preocupação ainda maior em relação à responsabilidade e ética profissional ao mediar, para que seja possível transferir e não manipular as informações.

Nesse sentido, quando estabelecemos a importância do sujeito informacional e da sua intencionalidade ao representar a informação, devemos levar em consideração que esses são seres multifacetados e complexos que carregam em sua bagagem cognitiva uma série de aspectos que influenciam e determinam sua interpretação ao receber uma informação. Aspectos sociais, culturais, políticos, linguísticos e tecnológicos se entrelaçam a aspectos

inerentes às características dos seres humanos, como: inteligência, habilidades, sentidos, percepções estéticas, conhecimentos, valores, desejos, sentimentos (amor, ódio, felicidade, tristeza, ansiedade) (Rojas, 2018).

Diante dessa complexidade, destaca-se a relevância da disseminação da informação, pois trata-se de um:

[...] ato social para o qual o reconhecimento do contexto é fundamental. O significado de cada informação não é estabelecido previamente por quem organiza, mas vai sendo estabelecido durante o processo de comunicação, havendo um sentido partilhado de valor, considerando-se, não apenas a essência ou o conteúdo da informação mas, também, seus contextos de produção e os possíveis contextos de uso. (Novellino, 1998, p. 138).

Nesse contexto, o processo de organizar e representar a informação dentro de um ambiente informacional digital, por exemplo, deve ser realizado de modo a visualizar sempre o contexto e a comunidade-alvo. É de suma importância que existam diferentes formas de partilhar essas informações, buscando sempre garantir que o ambiente esteja adequado e enriquecido de diferentes formas de representação, sobretudo em sua interface, potencializando, assim, a EI. Esse dinamismo, ao fornecer a informação em determinado espaço, atenderá os diferentes sujeitos informacionais que podem visualizar um mesmo conteúdo ou recurso informacional de formas diferentes, especialmente em razão de suas perspectivas (sociais, afetivas ou cognitivas).

Devemos esclarecer que a EI não significa Recuperação da Informação, pois a recuperação é um dos processos da Encontrabilidade (Vechiato; Vidotti, 2014; Roa-Martínez, 2019). A EI condiz com as condições de satisfação que um sujeito informacional obtém ao ter sua necessidade informacional atendida. Essas condições de satisfação vêm da qualidade e da estrutura das representações dos recursos informacionais em um ambiente informacional digital. Já a Recuperação da Informação se refere aos resultados: o ambiente deve reunir as melhores respostas diante do que o sujeito está procurando, a partir da qualidade desses resultados, o processo de Encontrabilidade pode ocorrer.

Retomando as discussões do psicanalista Freud e do filósofo Searle, a ciência das representações conscientes e inconscientes de Freud se assemelham e podem ser aplicadas ao que Searle acredita quando se refere às redes de estados intencionais e ao *background* dos sujeitos informacionais, por isso a afirmativa de que a intencionalidade antecede as representações. Além disso, Freud e Searle discutem muito sobre a importância da fala e/ou linguagem e o poder de significação que esse ato carrega. Nessa mesma linha de significação, ambos trabalham com o conceito de objeto e percepções visuais. Ou seja, ainda que ambos tragam discussões muito complexas sobre os tópicos da consciência e inconsciência, é possível identificar correlações que, somadas, podem agregar muito ao conceito de Intencionalidade dos Sujeitos Informacionais no âmbito da CI.

A autora Miranda (2018) explicita a Intencionalidade como uma característica da informação, qualificando-a como processo, e sendo possível, a partir desse entendimento, avaliá-la dentro dos sistemas informacionais sob as seguintes variáveis: I) Intencionalidade: pensamentos sendo crenças sobre coisas; II) Consciência: experiência somada à subjetividade; III) Privacidade: estados mentais (únicos e íntimos); e IV) Direcionalidade: continuidade.

Para a autora, a informação possui intencionalidade e é a partir daí que surgem os significados. Nesse sentido, acredita-se que os estudos relacionados aos sujeitos informacionais no campo da CI devem ir além do mapeamento do comportamento de busca em um ambiente informacional digital.

Em suma, pode-se concluir que, dentro dos estudos da Ciência da Informação, os conceitos de Intencionalidade, Representação e Mediação estão entrelaçados e a união dos aportes teóricos de cada um deles pode potencializar os estudos acerca da Encontrabilidade da Informação, principalmente no que diz respeito à construção de projetos de ambientes informacionais digitais. Defende-se aqui a ideia de que o sujeito deve participar de todo esse processo e não apenas da etapa de avaliação do sistema quando este já foi implementado.

Reflexões práticas

Quando falamos sobre formas de representação da informação, especialmente no campo da CI, temos alguns exemplos de elementos textuais e visuais que potencializam ambientes informacionais, seja por meio de suas funcionalidades em interoperar sistemas, seja pela capacidade de padronizar modelos de linguagens computacionais, por exemplo.

Foram apresentados anteriormente os atributos de EI, que são considerados alicerces para elaborar projetos de ambientes informacionais digitais, bem como auxiliar na implementação e avaliação desses espaços. Em conjunto com esses atributos, Vechiato e Vidotti (2014) elaboram um modelo e recomendações que auxiliam a aplicação deles nas diversas camadas existentes para construção de um ambiente.

O atributo de Intencionalidade no modelo está atrelado a dois momentos, os quais estão relacionados com os processos de **produção e busca** por informação; os autores estabelecem e reafirmam o atual paradigma em que os sujeitos informacionais são produtores, além de consumidores, de informação. Nesse sentido, a participação do sujeito informacional, desde o projeto de ambientes informacionais digitais, pode enriquecer e adiantar etapas prévias e futuras dos recursos necessários para a implementação do ambiente. Essa participação pode agregar aspectos importantes de sua intencionalidade, os quais podem potencializar a encontrabilidade e, conseqüentemente, o sucesso do ambiente.

A Representação da Informação é apoiada pelos metadados no âmbito da Ciência da Informação. Segundo Landshoff (2010), os metadados qualificam a informação e são responsáveis pela descrição de um objeto digital. Dessa forma, trata-se de:

[...] uma prática imprescindível para que os recursos sejam localizados. Para tanto, os metadados precisam ser adequados ao que se intenciona disponibilizar, no que se refere às suas características e especificidades. Por outro lado, é relevante certificar-se do uso adequado das estruturas de representação, visando favorecer a descoberta dos dados por máquinas. (Torino; Vidotti; Vechiato, 2020, p. 13).

Os metadados são um dos principais pilares para o sucesso de um ambiente informacional digital – sua aplicação relaciona-se com o todo de um projeto, influenciando todas as etapas de funcionamento e de EI (mecanismo de busca e/ou interface). Nesse sentido, Ferreira (2018, p. 136) afirma que a “[...] interface é o primeiro contato do usuário com o ambiente e, sendo assim, deve estar programada para permitir experiências significativas”; além disso, diz que quanto maior as especificações implementadas em um ambiente, maior será o nível de satisfação do sujeito.

Diante dessas afirmativas, podemos refletir sobre as aplicações da Intencionalidade dos sujeitos informacionais, por meio de representações textuais ou até mesmo visuais que alguns dos atributos de EI carregam. Dentre eles, temos as *affordances*, que são as:

[...] possibilidades/pistas de ação e sua detecção depende de fatores cognitivos – experiências/vivências/memórias, competências, habilidades, isto é, a Intencionalidade do sujeito (Vechiato; Trindade 2020, p. 18).

Sob o mesmo ponto de vista, temos o atributo de *wayfinding*, que consiste na orientação espacial do indivíduo em determinados ambientes, que é instintiva do ser humano e estabelece as tomadas de decisões dos sujeitos (Miranda; Vechiato; 2017).

Dessa forma, nota-se que o *wayfinding* está ligado ao atributo de *affordances*, pois os sujeitos “[...] enxergam e **atribuem** aos objetos **funções** mediante a sua Intencionalidade” (Vechiato; Trindade, 2020, p. 18, grifo nosso). Assim, também temos o atributo denominado *folksonomia*, que é um recurso adequado para alguns tipos de ambientes e que permite a aplicação da Intencionalidade do sujeito, porquanto este atribui significado por meio da classificação social dos conteúdos disponíveis no ambiente.

Dentre outros recursos referentes ao enriquecimento das representações textuais, notadamente nos mecanismos de busca, estão, por exemplo, as aplicações referentes ao uso da *Web Semântica* e da *Inteligência Artificial*, aplicando técnicas relacionadas a *machine learning*⁵ e processamento de linguagem natural, tornando assim o processo de Recuperação da Informação mais semântico, inteligente e próximo das necessidades dos sujeitos (Coneglian, 2020).

5 “[...] o campo do *machine learning* busca criar programas que aprendem a partir das experiências que esse sistema vivencia” (Coneglian, 2020, p. 92).

Searle discute sobre a Inteligência Artificial em alguns de seus textos e defende a superioridade da mente humana ao representar, especialmente na capacidade semântica da representação. É possível compreender seu ponto de vista por meio da análise apresentada por Carvalho (2021, p. 15) sobre esse tema:

Searle nos lembra que a nossa mente não é um fenômeno biológico com apenas uma estrutura formal, mas também com um conteúdo semântico. Esse conteúdo semântico foi provavelmente desenvolvido por meio de nossa intencionalidade intrínseca e do *background*. [...] é necessário que esse computador digital possua de fato uma vida mental com as propriedades naturais e biológicas que nossas mentes apresentam, e não que apenas que ele simule ter algumas dessas propriedades mentais (Carvalho, 2021, p. 15).

Em todo caso, a melhoria semântica dentro de um ambiente informacional digital facilitará, cada vez mais, a interação do sujeito com o ambiente, e a Ciência da Informação atrelada aos estudos da Ciência da Computação é capaz de desenvolver estudos e aplicações que potencializem esse recurso, de modo a atender às necessidades informacionais que mudam constantemente dentro do contexto digital.

Em síntese, a Representação da Informação pode ser vista como um dos pilares para garantir a Encontrabilidade da Informação. Inerente à Representação da Informação, temos a Intencionalidade; assim, é necessário que ocorra uma harmonização dos modelos, padrões e recursos informacionais adequados, estruturados e enriquecidos nos ambientes informacionais digitais, para que a Encontrabilidade da Informação aconteça, de maneira a propiciar a apropriação da informação e a geração de novos conhecimentos.

RESULTADOS

O estudo aborda reflexões teóricas e práticas acerca das Teorias da Representação e da Intencionalidade. Após apresentadas as discussões sob ambas as perspectivas, o **QUADRO 3** busca apresentar, de forma concisa, os pontos principais dessas reflexões que correspondem aos resultados do estudo.

QUADRO 3 – Correlação entre Teoria da Representação e Teoria da Intencionalidade.

Resultados	
I	A Intencionalidade está inerente ao conceito de Representação e pode ser vista como um processo anterior, visto que a Intencionalidade é formalizada por meio das representações;
II	O conceito de Mediação está atrelado às duas teorias e é um pilar importante para garantir a Encontrabilidade da Informação;
III	Na Ciência da Informação, podemos encontrar os fundamentos da Teoria da Representação em um campo de estudo conhecido como Representação da Informação: há um esforço na área em produzir, consolidar e padronizar formas de representação, alguns exemplos são os estudos sobre: tesouros, vocabulários controlados, ontologias, linguagem de marcação de metadados etc.;
IV	Os atributos da Encontrabilidade da Informação são fomentados por três pilares, sendo eles: a Intencionalidade dos Sujeitos Informacionais, as formas de Representação da Informação e os processos de Mediação da Informação; e
V	O conceito de comunicação pode ser visto como um dos objetivos em comum entre as Teorias de Representação e de Intencionalidade no contexto da Ciência da Informação. Desse modo, as correlações estão no ato de comunicar e como essa ação está carregada de significados.

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Por fim, os resultados apresentados no **QUADRO 3** respondem à problemática deste estudo, direcionada a compreender como as correlações de ambas as teorias poderiam contribuir para potencializar a EI nos ambientes informacionais digitais, e atingem o objetivo proposto, apresentando posicionamentos das Teorias da Representação e da Intencionalidade dentro do cenário da Ciência da Informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resgatando o objetivo da pesquisa, que tinha como proposta identificar as correlações entre a Teoria da Representação e a Teoria da Intencionalidade, com o intuito de compreender como o diálogo entre elas poderia potencializar os ambientes informacionais digitais sob a perspectiva da Encontrabilidade da Informação, é possível concluir que estão relacionadas, principalmente, aos fundamentos teórico-metodológicos dos termos.

Os estudos sobre EI no campo da Ciência da Informação se mostram relevantes diante da intensidade em que ocorre o fenômeno da informação no âmbito digital. O conceito abarca fundamentos que podem aprimorar os ambientes informacionais digitais sob a ótica da bagagem cognitiva dos sujeitos informacionais.

O conceito de EI ainda está em processo de ser consolidado na área, mas, como podemos observar, ele é apoiado por uma rede de conceitos muito bem definidos no campo da Ciência da Informação, como a Representação da Informação e a Mediação da Informação.

Por fim, é necessário, neste momento, dar continuidade aos estudos que abordem a Teoria da Intencionalidade e, especialmente, a formalização do agora atributo Intencionalidade dos Sujeitos Informacionais como uma área de estudo no campo da Ciência da Informação. Podemos observar, por meio do levantamento bibliográfico, a escassez de trabalhos desenvolvidos, que são de suma importância para concretizar o papel do sujeito informacional, o qual contemporaneamente está envolvido com todo o processo de fluxo/ mediação infocomunicacional no contexto digital.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. B. The specificity of language in psychoanalysis. **Ágora: estudos em teoria psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 279-294, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/9y9f8Z3jpC4fgBxBWSMwXHJ/?lang=en>. Acesso em: 19 set. 2021.

ARNAO, M. A distinção entre representação de palavra e representação de coisa na obra freudiana: mudanças teóricas e desdobramentos filosóficos. **Ágora: estudos em teoria psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 187-201, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982008000200002>. Acesso em: 19 set. 2021.

BRANDT, M. B.; VECHIATO, F. L.; VIDOTTI, S. A. B. G. Encontrabilidade da informação na Câmara dos Deputados. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 41-64, 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/71734/43507>. Acesso em: 8 set. 2021.

CARMO, R.; ÁVILA ARAÚJO, C. A. Sujeito informacional, conceito em emergência: uma revisão teórico-conceitual de periódicos Ibero-Americanos. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 1, p. 1-22, jan./mar. 2020. DOI 10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n1.43934. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/43934>. Acesso em: 6 dez. 2023.

CARVALHO, D. U. S. **Os conceitos de representação em Schopenhauer**. 2013. 96 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5636>. Acesso em: 5 abr. 2023.

CARVALHO, J. M. Searle e os desafios da inteligência artificial (IA) forte. **Revista Reflexões**, Fortaleza, v. 10, n. 18, p. 1-16, jan./jun. 2021. Disponível em: https://revistareflexoes.com.br/wp-content/uploads/2021/03/1.2-NB-Joelma-Carvalho_Publica%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

CASTRO, F. F. **Padrões de representação e descrição de recursos informacionais em bibliotecas digitais na perspectiva da ciência da informação: uma abordagem do MarcOnt initiative na era da web semântica**. 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93689>. Acesso em: 5 set. 2021.

CONEGLIAN, C. S. **Recuperação da informação com abordagem semântica utilizando linguagem natural: a inteligência artificial na ciência da informação**. 2020. 195 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Marília, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/193051>. Acesso em 26 set. 2021.

CUSTÓDIO, N.C.; VECHIATO, F.L. Mediação infocomunicacional no contexto da encontrabilidade da informação: uma análise do processo de autoarquivamento no repositório institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *In: XIX Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação (EREBD)*. 19., 2016, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: EREBD, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/erebd/xix/paper/view/4536>. Acesso em: 13 set. 2021.

FERREIRA, A. M. J. F. C. **Contribuições da experiência do usuário para a arquitetura da informação**. 2018. 165 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/157487>. Acesso em: 27 set. 2021.

FIGUEIREDO, M. F. Pós-fenomenologia e Ciência da Informação: aportes epistêmicos para acesso ao conhecimento. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, p. 21-35, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v3i1p21-35>. Acesso em: 19 set. 2020.

FREUD, S. **Zur auffassung der aphasien**: eine kritische studie. Leipzig und Wien: Franz Deuticke, 1891.

HUSSERL, E. **A crise da humanidade europeia e a Filosofia**. Tradução de Urbano Zilles. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

HUSSERL, E. **Investigações para a Fenomenologia e a Teoria do Conhecimento**. Tradução de Pedro Alves e Carlos Aurélio Morujão. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. 472 p. ISBN 978-8530942427.

JODELET, D. Ciencias sociales y representaciones: estudio de los fenómenos representativos y de los procesos sociales. De lo local a lo global. **Revista Latinoamericana de metodología de las Ciencias Sociales**, v. 8, n. 2, p. 1-12, dic./mayo. 2018. Disponível em: <https://www.relmecs.fahce.unlp.edu.ar/article/view/Relmecse041/10225>. Acesso em: 5 abr. 2023.

JODELET, D. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. *In: Pensamiento y vida social*. Barcelona: Paidós, p. 469-494, 1986. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/327013694_La_representacion_social_fenomenos_concepto_y_teor%C3%ADa. Acesso em: 5 abr. 2023.

LANDSHOFF, R. **Findability**: elementos essenciais para as formas de encontro da informação em bibliotecas digitais. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado em Mídias Digitais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/18089>. Acesso em: 12 set. 2021.

LIMA, J. L.O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. *In: LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização da Informação e do Conhecimento*. São Paulo: B4 Editores, v. 248, p. 21-48, 2012.

MAKOWIECKY, S. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Santa Catarina, v. 4, n. 57, p. 2-25, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/2181>. Acesso em: 16 set. 2021.

MARANDOLA JR, E. Fenomenologia e pós-fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na geografia contemporânea. **Geograficidade**, v. 3, n. 2, p. 49-64, 2013.

MARANDOLA JR., E. Fenomenologia e pós-fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na geografia contemporânea / Phenomenology and post-phenomenology: alternations and projections of the geographical humanist doing on contemporary geography. **Geograficidade**, v. 3, n. 2, p. 49-64, 26 jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12864>. Acesso em: 18 set. 2021.

MARCONDES, C. H. Representação e economia da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 610-70, jan./abr. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652001000100008>. Acesso em: 6 set. 2021.

MASSONI, F. H.; LUIS, V. J. M. Ética e teoria das representações sociais: uma discussão a partir da ciência da informação. **Logeion: filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 73-85, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/43385>. Acesso em: 28 set. 2021.

MIRANDA, E. B. S.; VECHIATO, F. L. Wayfinding em ambientes informacionais: proposta de recomendações para avaliação no contexto da encontrabilidade da informação. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 1, n. 3, p. 1-21, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/66018>. Acesso em: 27 set. 2021.

MIRANDA, M. K. F. O. A teoria da intencionalidade e a informação: definições e propriedades para o fenômeno. In: ROJAS, M. A. R. (coord.). **La intencionalidad en la Ciencia de la Información Documental**. 1. ed. México: Universidad Nacional Autónoma de México. 2018. 172 p. Disponível em: http://ru.iibi.unam.mx/jspui/handle/IIBI_UNAM/L156. Acesso em: 20 set. 2021.

MIRANDA, M.K.F O. **O acesso à informação no paradigma pós-custodial**: da aplicação da intencionalidade para findability. Orientadora: Fernanda Ribeiro. 2010. 353 f. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2010. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/50422>. Acesso em: 20 set. 2021.

NOVELLINO, M. S. F. A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, jul./dez. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22325>. Acesso em: 12 set. 2021.

OLIVEIRA, H. P. C. **Arquitetura da informação pervasiva: contribuições conceituais**. Orientadora: Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti. 2014. 202 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/110387>. Acesso em: 16 set. 2021.

PERES, R. S.; CAROPRESO, F.; SIMANKE, R. T. A noção de representação em psicanálise: da metapsicologia à psicossomática. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 161-174, 2015. ISSN 0103-5665. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/VB6MLrtHnJwNJ4yz8bTLn4p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2021.

PRADO, M. A. R. a fenomenologia da informação: reflexões essenciais sobre a matriz do conhecimento. **Revista de Informação**, [s. l.], v. 14, n. 4, ago. 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7878>. Acesso em: 28 set. 2020.

ROA-MARTÍNEZ, S. M. **Da information findability à image findability**: aportes da polirrepresentação, recuperação e comportamento de busca. Orientadora: Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti. 2019. 235 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/182465>. Acesso em: 25 set. 2021.

SANCHEZ; F. A.; VIDOTI, S. A. B. G.; VECHIATO, F. L. Contribuições da Intencionalidade no contexto da Encontrabilidade da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro, RJ. **Anais [...]** Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/view/513>. Acesso em: 18 set. 2021.

SCHOPPENHAUER, A. **O mundo como vontade e como representação**. Tradução: Jair Barboza. São Paulo: UNESP, 2005.

SCHOPPENHAUER, A. **On the fourfold root of the principle of sufficient reason**. Tradução: E. F. J. Payne. 6. ed. Illinois: Open Court, 1995.

SEARLE, J. R. **Intencionalidade**. Tradução: Julio Fischer e Tomás Rosa Bueno. 2. ed. Cidade: Martins Fontes, 2002. 394 p.

SILVA, A. M. **A informação**: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto: Ed. Afrontamento, 2006. 176 p.

SOKOLOWSKI, R. **Introdução à Fenomenologia**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 248 p.

SOUSA, J. L.; RAMALHO, R. A. Um estudo das contribuições de Schopenhauer para a Ciência da Informação: o mundo como vontade e representação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 24, n. 1, p. 131-146, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/110887>. Acesso em: 15 set. 2021.

TORINO, E.; VIDOTTI, S. A. B. G.; VECHIATO, F. L. Contribuições do atributo metadados para a encontrabilidade da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 437-457, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/93072>. Acesso em: 27 set. 2021.

VECHIATO, F. L. **Encontrabilidade da informação: contributo para uma conceituação no campo da Ciência da Informação**. Orientadora: Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti. 2013. 206 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103365>. Acesso em: 21 set. 2021.

VECHIATO, F. L.; TRINDADE, A. S. C. E. Encontrabilidade da informação em ambientes informacionais: diálogo teórico entre os conceitos Intencionalidade e affordances. **Prisma.Com**, n. 42, p. 3-20, 2020. ISSN: 1646 – 3153. Disponível em: <http://aleph.letras.up.pt/index.php/prisma.com/article/view/6809>. Acesso em: 18 set. 2021.

VECHIATO, L. F.; OLIVEIRA H. P. C.; VIDOTTI, S. A. B. G. Arquitetura da informação pervasiva e encontrabilidade da informação: instrumento para a avaliação de ambientes informacionais híbridos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA. ISSN: 2177-3688. 2016. p. 3.768-3.787. Disponível em: <https://bit.ly/30UfY3p>. Acesso em: 7 set. 2021.

VECHIATO, L. F.; VIDOTTI, S. A. B. G. **Encontrabilidade da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. ISBN 9788579835865. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/126218>. Acesso em: 08 set. 2021.